

GRAMPO BAHIA

Ao renunciar à candidatura de presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães tenta se livrar das acusações de envolvimento em escutas telefônicas ilegais. Amanhã, políticos baianos pedirão ao Conselho de Ética cassação do senador

Denise Rothenburg e
Thiago Vitale Jayme
Da equipe do Correio

Jefferson Rudy

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) estreou seu segundo mandato de senador com uma derrota. Depois de uma série de reportagens publicadas no fim de semana em que foi apontado como mandante dos grampos nos telefones de seus adversários e pessoas de seu relacionamento pessoal, Antonio Carlos se viu obrigado a abandonar a candidatura à Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), considerado um dos cargos mais importantes depois da Presidência. "Não quero causar constrangimentos a ninguém", justificou ele, abatido, referindo-se em especial ao seu partido e ao Senado.

O gesto de Antonio Carlos vai além do que evitar constrangimentos a terceiros. Tem o firme propósito de tirá-lo do foco das acusações, tentar evitar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e um segundo processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O primeiro que ACM respondeu foi em 2001, quando estourou o caso de violação do sigilo do painel eletrônico de votações do Senado. Na época, ele renunciou ao mandato para não ser cassado e poder voltar ao Congresso este ano.

O senador baiano passou o fim de semana na berlinda por causa da imagem da advogada Adriana Barreto estampada nas revistas de maior circulação no país. Em entrevistas, Adriana o acusa de ter mandado grampear seu telefone e o do marido. As reportagens revelam o romance entre ela e o cacique baiano rompido há mais de dois anos. A gota d'água veio no domingo, quando os ministros José Dirceu (Gabinete Civil) e Jacques Wagner (Trabalho) disseram que o caso era grave e caracterizava quebra de decoro.

A VEZ DE LOBÃO

Antonio Carlos não tinha mais nem certeza de que seria eleito presidente da CCJ. Em conversas reservadas, os senadores não escondiam seu desconforto com a situação. Foi nesse clima que, em conversas com amigos, ele admitiu a hipótese de renunciar ao cargo de presidente da CCJ. Considerou que uma derrota no plenário seria muito pior que a desistência. A decisão final, no entanto, só ocorreu ontem, depois que uma conversa em que Dirceu disse ao presidente do Senado, José Sarney, que o governo Lula não deseja começar com uma CPI no caminho das reformas constitucionais. O senador Edison Lobão (MA) foi indicado pelo PFL para substituí-lo.

A CPI hoje realmente não interessa aos partidos. Os do governo querem tratar das reformas em paz. O PMDB teme que uma CPI termine por emaranhar o seu ex-líder na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), um das vítimas do grampo ilegal. O PFL também não quer ver sua legenda na berlinda. Pelo menos, por enquanto, a única proposta debatida fala de uma CPI apenas na Câmara, onde o deputado Raul Jungmann (PMDB-PE) colhe assinaturas. E essa CPI, se apresentada, terá de ficar na fila aguardando espaço para instalação.

A ausência de uma CPI não representa salvo-conduto. ACM passará um período pré-carnavalesco ainda sob a tensão dos resultados das investigações em curso na Polícia Federal. Quando essa apuração terminar, a novela continuará dentro do Conselho de Ética do Senado, onde Antonio Carlos certamente enfrentará novos processos. O primeiro será nesta quarta-fei-



ANTONIO CARLOS, AO ABANDONAR A CANDIDATURA DE PRESIDENTE DA CCJ: "NÃO QUERO CAUSAR CONSTRANGIMENTOS A NINGUÉM"

ra, quando um grupo de representantes dos partidos de oposição na Assembléia Legislativa da Bahia irá entregar à Comissão de Ética do Senado uma representação contra ACM, pedindo sua cassação.

O documento será repassado para as bancadas do Senado e da Câmara. "A questão não é mais da Bahia, mas uma invasão da cidadania dos baianos e dos brasileiros. Afinal, entre os grampeados estavam dois parlamentares federais. Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) e Nelson Pellegrino (PT-BA)", justificou Moema Gramacho (PT), que é líder da oposição ao governo estadual na Assembléia Legislativa.

CONSELHO DE ÉTICA

Entregue o pedido, caberá aos senadores decidir se esperam o fim do inquérito em curso na Polícia Federal. "Isso vai para o Conselho de Ética direto. Não somos contra uma CPI. Mas o inquérito está em curso e poderá trazer ainda fa-

tos elucidativos. O fim de semana (com as reportagens das revistas) trouxe importantes. Adriana Barreto ainda vai depor à polícia. O inquérito pode evoluir para o Conselho de Ética, no

caso de decoro parlamentar, e para o STF", diz Pellegrino.

Em princípio, a cúpula do governo e do Congresso não toca abertamente nesse assunto. "Tudo o que diz respeito à parte criminal é do STF (Supremo Tribunal Federal). Não podemos nos antecipar. A competência não é nossa", disse Sarney. "Uma CPI se for realmente necessária ninguém ficará contra. Mas STF hoje pode julgar e processar um parlamentar por crimes comuns sem sequer precisar pedir licença", comentou o ministro.

A pressão sobre ACM justificou sua atitude. Pelo menos é o que afirmou o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC). "Politicamente, a situação de Antonio Carlos vai ficando muito complicada. Sem querer atribuir ainda qualquer juízo de valor, eu diria que

ele virou uma vidraça. Por isso, era melhor que ficasse fora da presidência da CCJ", explicou.

Os petistas mostravam-se confiantes com as investigações da PE. "O parlamento terá a chance de se pronunciar. E será dentro de uma semana e meia ou duas", disse Viana. O presidente do PT, José Genoino (SP), tem a mesma confiança. "Não vai precisar de CPI. As investigações estão muito bem e o caso seguirá direto para o Conselho de Ética", afirmou.

O líder do PPS na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), considerou sensata a decisão de ACM de abrir mão da CCJ. O deputado não poupou o baiano. "Mesmo antes do escândalo do grampo ele não deveria ter sido indicado. A passagem dele pela presidência do Congresso não lhe qualifica a nada. Ele renunciou ao mandato uma vez por que violou o painel do Senado. Isso já bastaria para não indicá-lo", disse.

■ COLABOROU RUDOLFO LAGO

LEI CONTRA GRAMPOS

No Congresso, os deputados querem criar lei rígida contra grampos. A Justiça também. Preocupado com o caso, o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Carlos Alberto Dutra Cintra, encaminhou a cinco empresas de telefonia do estado — Vésper, Telemar, Maxtel, Oi e Telebahia Celular — ofício pedindo informações sobre todos os números grampeados na Bahia. "Queremos normatizar esse processo daqui por diante", explicou. Cintra também pediu à Secretaria de Segurança local que dê início a um inquérito criminal para apurar quem falsificou documentos enviados à Justiça baiana adicionando novos números aos pedidos de autorização de escuta. (Da Redação)